



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 014

**O ESTADO DO ACRE: CRISE ESTRUTURAL E LIMITES DO  
PRESERVACIONISMO**

**Indio Campos  
Francisco de Assis Costa**

**Belém, Novembro de 1993**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Marcos Ximenes Ponte

### **Vice-reitor**

Zélia Amador de Deus

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Francisco de Assis Costa

### **Diretor Adjunto**

Tereza Ximenes Ponte

## **Conselho editorial do NAEA**

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_anae@ufpa.br](mailto:editora_anae@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_anae@ufpa.br](mailto:Papers_anae@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 014

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# O ESTADO DO ACRE: CRISE ESTRUTURAL E LIMITES DO PRESERVACIONISMO

---

*Indio Campos e Francisco de Assis Costa*

## **Resumo:**

A área atual do Estado do Acre, 152.589 km<sup>2</sup> - zona litigiosa até o início deste século –, foi definida por meio da conclusão das negociações em torno de seus limites com a Bolívia, em 1903, e com o Peru, em 1912. Desde então, o Acre passou a ser uma unidade da Federação Brasileira com o status político-administrativo de Território Federal, sendo elevado à condição de Estado em 1962. As peculiaridades econômicas, sociais e ambientais ímpares apresentadas por este Estado desde então, o tornam um exemplo manifesto dos problemas enfrentados e sofridos pela Região Amazônica em seu processo de integração à economia nacional e internacional. A compreensão deste processo coloca-se como condição sine-qua-non para a elaboração de propostas alternativas para a região. O presente trabalho representa o primeiro passo desenvolvido por nós neste sentido para o Estado do Acre. Seu desenvolvimento posterior prevê o estudo detalhado de seus complexos de produção, primordialmente no meio rural, e das dinâmicas apresentadas pelas estruturas produtivas destes.

**Palavras-chave:** Acre. Integração. Preservação. Desenvolvimento.

## Introdução

A área atual do Estado do Acre, 152.589 km<sup>2</sup> - zona litigiosa até o início deste século -, foi definida por meio da conclusão das negociações em torno de seus limites com a Bolívia, em 1903, e com o Peru, em 1912. Desde então, o Acre passou a ser uma unidade da Federação Brasileira com o status político-administrativo de Território Federal, sendo elevado à condição de Estado em 1962. As peculiaridades econômicas, sociais e ambientais ímpares apresentadas por este Estado desde então, o tornam um exemplo manifesto dos problemas enfrentados e sofridos pela Região Amazônica em seu processo de integração à economia nacional e internacional. A compreensão deste processo coloca-se como condição sine-qua-non para a elaboração de propostas alternativas para a região. O presente trabalho representa o primeiro passo desenvolvido por nós neste sentido para o Estado do Acre. Seu desenvolvimento posterior prevê o estudo detalhado de seus complexos de produção, primordialmente no meio rural, e das dinâmicas apresentadas pelas estruturas produtivas destes.

### 1. A Economia do Estado do Acre

O Produto Interno Bruto - PIB - do Acre cresceu rapidamente nas duas últimas décadas. Nos

**Tabela 1: Estado do Acre, Região Norte e Brasil, Produto Interno Bruto- PIB, 1970, 1980 e 1985 (em US\$ milhões\*)**

Regiões	Anos			Taxa de Cresc. %	
	1970	1980	1985	70 a 80	80 a 85
Acre	83	245	320	11,45	5,48
Norte	1.398	7.040	9.312	17,54	5,75
Brasil	64.662	210.720	228.126	12,45	1,60

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

\* Corrigiu-se os valores a preços correntes para preços constante de 1988 com base no Índice Geral de Preços - IGP, da Fundação Getúlio Vargas, dolarizando-se, o valor encontrado pela taxa de câmbio média de 1988.

anos 70 PIB cresceu a 11,45% a.a. (tabela 1) - embora rápido, foi inferior à média brasileira (12,54 a.a.) e bem menor que a média da Região Norte (17,54% a.a.). Na primeira metade da década de

oitenta, apesar da crise que se reflete na redução no crescimento do PIB nacional a meros 1,6% a.a., o Acre mantém elevada taxa de crescimento (5,48%), agora praticamente acompanhando o ritmo de crescimento do PIB regional.

O PIB per capita evoluiu, como mostra a Tabela 2, ao longo dos anos setenta a uma taxa de 7,76% a.a. (abaixo da média nacional). Nos anos oitenta, cresceu a taxas de 2,4% a.a., quando a taxa regional tendeu a zero e a nacional apresentou-se ligeiramente negativa. Não obstante tal performance, o PIB per capita do Acre chega em 1985 representando apenas a metade da média nacional e 74% da média regional.

**Tabela 2: Estado do Acre, Região Norte e Brasil, PIB per Capta (em US\$1.000\*)**

Regiões	Anos			Taxa de Cresc. %a.a.	
	1970	1980	1985**	70 a 80	80 a 85
Acre	380,0	810,0	920,0	7,76	2,40
Norte	390,0	1.200,0	1.230,0	11,93	0,54
Brasil	690,0	1.900,0	1.810,0	10,58	-0,96

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

\* Dolarização pelo processo descrito na Tabela 5.

- \*Encontrado com base em estimativa de população feita a partir da taxa de crescimento geométrico entre os censos de 1980 e 1991.

Em termos setoriais, (ver Tabela 3) observa-se uma queda drástica da participação do setor primário no PIB, passando de 40,8% em 1970, para 16,7% em 1985. O setor secundário, por sua vez, alarga sua participação de 2,9% para 23,5% no período.

**Tabela 3: Participação Percentual dos Setores no PIB do Estado, em US\$ 1.000.000**

Setores	1970		1985	
	US\$	%	US\$	%
Total	82,8	100,0	319,7	100,0
Primário	33,8	40,8	65,9	16,7
Secundário	2,4	2,9	70,9	23,5
Terciário	46,7	56,3	182,9	59,8

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

Enfocando mais de perto o setor secundário, constatamos que, em 1990, o Estado do Acre apresentava 508 estabelecimentos industriais, sendo 140 ligados ao processamento de produtos alimentares e 201 ao setor madeireiro e mobiliário. No total, os estabelecimentos industriais empregavam apenas 7.017 pessoas (numa média em torno de 13 pessoas por estabelecimento).

Considerando a população urbana de 1991 e estimando sua parcela economicamente ativa (População Economicamente Ativa - PEA) com base na proporção média do Brasil (38%),

verificamos que o emprego industrial no Estado situa-se em torno de 7% da PEA urbana de 98.954 pessoas. O que nos permite indicar que a expansão industrial ocorrida, não obstante apontar para um melhor estruturação da oferta de produtos manufaturados localmente, mostrou-se incapaz de impedir a formação de "cinturões de pobreza" nos centros urbanos locais, com destaque para Rio Branco.

Quanto à perda de posição do setor primário na composição do PIB estadual, deve-se ressaltar a crise manifesta do extrativismo da borracha e da castanha. Historicamente a base da economia do Acre, esse subsetor vem sofrendo sérios reveses nos últimos anos, em função da tendência declinante dos preços (ver Tabela 4). Note-se que em uma das regiões do Estado, o Vale do Acre, estes dois produtos fazem parte do leque de alternativas das mesmas estruturas fundamentadas na produção familiar camponesa. Perceba-se, também, para estes dois produtos uma tendência inversa das quantidades e preços: enquanto, nos anos oitenta caem sistematicamente os preços, as quantidades produzidas mostram-se ascendentes sem compensarem, contudo, a perda de valor da produção.

Ao lado dos problemas que representam para os camponeses as flutuações no valor da produção da borracha e da castanha amplia-se o rebanho bovino no Acre. De 72.166 cabeças, em 1970, o rebanho estadual passa para 404.434 cabeças em 1990. Destes, 333.521 cabeças (82,5%) se encontram no Vale do Acre. Há que se lembrar, entretanto, que também em relação a pecuária, constata-se um crise de preços desde 1982 - tendência que se acentua a partir de 1985.

**Tabela 4: Estado do Acre, Evolução da Produção, Valor da Produção e Preços da Borracha, da Castanha e de Madeira em Tora e do Rebanho Bovino, seu Valor e Preço por Cabeça (Números Índices 1970=100)**

ano	Borracha			Castanha			Madeira em Tora			Rebanho		
	prod.	valor	preço	prod.	valor	preço	prod.	valor	preço	prod.	valor	preço
1970	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1971	1	03	14	6	4	3	04	08	04			
1972	4	07	13	4	6	17	25	85	48			
1973	5	6	13	3	1	42	49	50	35	44	01	40
1974	0	12	40	0	7	5	38	13	54			
1975	0	02	71	1	9	16	90	13	45	99	98	9
1980	11	37	14	6	3	2	85	03	64	96	48	63
1981	26	98	58	9	0	5	13	30	55	69	13	52
1982	29	12	64	6	6	8	58	47	73	67	79	02
1983	47	26	54	5	05	40	61	21	9	21	58	06
1984	73	17	25	7	7	00	55	83	4	84	88	30
1985	81	53	4	1	0	9	41	55	03	64	34	15
1986	39	28	3	6	1	7	51	215	20	62	92	06
1987	42	7	4	8	5	3	73	89	73	74	62	6
1988	43	23	6	7	4	1	08	66	3	37	55	5
1989	31	76	10	8	6	59	07	24	36	24	5	8
1990	116	55	48	96	36	37	589	257	44	532	-	-

Fonte: Anuários Estatísticos do Acre, diversos anos.

Aqui, conviria a menção de uma estreita correlação estatística entre as tendências da pecuária e a exploração madeireira. De duas maneiras: o crescimento do rebanho mantém correlação direta, porém discreta (Coeficiente de Correlação de Pearson - CCP igual 0,1197); a tendência dos preços na pecuária mantém com a produção de madeira correlação elevada e inversa (CCP=-0,7527). A

tendência declinante dos preços na pecuária parece ter como produto a elevação da exploração madeireira nas grandes propriedades.

Em 1989, a área de ação antrópica no Estado do Acre perfazia 737.230 ha, ou seja, 4,8% da sua superfície total. Destes, 721.420 ha era devido à agropecuária. O restante se atribui a áreas urbanas e a reservatórios hidrográficos. A Tabela 5 revela claramente que a expansão das pastagens é a grande responsável pelo aumento drástico da área de ação antrópica no Estado nos últimos 20 anos. É que, enquanto a área total evolui à taxa de 7,5% a.a. entre 1970 e 1989, a área de pastagem cresceu a um ritmo de 10% ao ano. Em 1989, tais áreas respondem por 54,2% do total de área que sofreu ação antrópica pela agropecuária.

Convém observar, todavia, que a área com lavouras (onde se inclui os roçados nas colocações, e as áreas agrícolas dos projetos de colonização, que, segundo os levantamentos da FUNTAC, expandiram-se, entre 1987 e 1989, respectivamente às taxas de 11,8% e 18% a.a.) cresceu rapidamente entre 1985 e 1989, após um quinquênio de estagnação. Aqui certamente estão atuando os fatores associados à crise de preços dos produtos fundamentais acima referida.

**Tabela 5: Estado do Acre, Áreas de Ação Antrópica, Segundo o Uso da Terra, 1970-89**

anos	Total		Lavouras		Pastagens		Outros*	
	ha	cresc. %a.a.	ha	cresc. % a.a.	ha	cresc. %a.a.	ha	cresc. %a.a.
1970	183.324		35.307		63.354		84.663	**
1980	472.648	9,9	127.886	13,7	264.202	15,3	89.319	-0,5
1985	544.512	2,9	129.167	0,2	326.026	4,3	89.319	2,1
1989	721.420	7,3	207.920	7,1	390.980	4,6	122.520	8,2

FONTE- Censos Agropecuários, 1970, 1980 e 1985.

FUNTAC, dados não publicados.

\* Matas e florestas plantadas e produtivas não utilizadas.

\*\* Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas.

Por outra parte, o crescimento das áreas de pastagens, rapidíssimo nos anos setenta, sofre, nos anos oitenta, uma redução significativa, situando-se em torno de 4,5%; muito alto, é certo, abaixo, porém do ritmo de crescimento das lavouras. Não esquecendo o papel que desempenharam na contenção do desmatamento para a formação de pastagens a luta dos camponeses - onde se destacam os seringueiros - e dos demais povos da floresta, não é trivial considerar, na elucidação desse fato, a crise de preços acima aludida; a uma redução na rentabilidade da atividade pecuária corresponde uma redução no ritmo de sua expansão. Corresponde, também, a uma tentativa de redução de custos pela via do uso cada vez mais extensivo da terra. Assim, a taxa de suporte da pecuária no Acre cai sistematicamente de 1,106, em 1980, para 1,025 em 1985 e 1,007 cabeças/ha em 1990. A crise no



setor pecuário reduz a velocidade do desmatamento. Eleva, contudo, o ritmo da degradação das pastagens já formadas.

No tocante a ação antrópica nas duas grandes regiões do Estado, observa-se o Vale do Acre como responsável por 85% do total (Tabela 6). Frise-se que, das áreas de pastagens do Acre, 353.790 ha (90,5%) estão aí localizadas.

**Tabela 6: Estado do Acre, Áreas de Ação Antrópica, por Uso, segundo as Regiões, 1989**

Regiões	Total ha		Lavouras ha		Pastagens ha		outros ha	
	abs.	rel.	abs.	rel.	abs.	rel.	abs.	rel.
Total	721.420	100,0	207.920	100,0	390.980	100,0	122.520	100,0
Vale do Juruá	109.490	15,2	57.740	27,8	37.190	9,5	14.560	11,9
Vale do Acre	611.930	84,8	150.180	72,2	353.790	90,5	107.960	88,1

FONTE: FUNTAC, dados não publicados.

A crise dos setores agrários vem afetando de modo não desprezível as finanças públicas. A queda no valor dos seus principais produtos levou a um contínuo declínio na participação do setor primário na geração do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, principal fonte de recursos próprio do Estado do Acre. De 48,7% em 1975, a participação do setor na receita total do Estado cai, nos anos oitenta, contínua e drasticamente, chegando a 19,7% em 1987 e atingindo meros 4,1% em 1991 (tab. 7).

**Tabela 7: Estado do Acre, Participação dos Setores da Economia na Receita do ICMS, 1975, 1980, 1985, 1987 e 1991**

Anos	Participação na Receita Total dos Setores		
	Primário	Secundário	Terciário
1975	48,7	-	51,3 *
1980	40,9	-	59,1 *
1985	38,9	-	61,1 *
1987	19,0	13,1	67,9
1991	4,1	3,8	92,1

Fonte: Anuário Estatístico do Acre, 1975-80-85-87.

SEFAZ, 1991.

\* Comércio e Indústria.

No interior do setor primário, chama atenção a queda dramática na participação dos produtos extrativos principais: a borracha e a castanha. De um patamar em torno de 95%, a contribuição destes produtos cai para 87% em 1987, chegando a 44% em 1991. Chama atenção, também, a historicamente baixa participação da pecuária no ICM do Estado. O salto que apresenta no último ano da série deve-

se ao forte declínio das demais parcelas. No cômputo global, sua participação na arrecadação de ICM do Estado não foi além dos 1,8% no ano de 1991.

**Tabela 8: Estado do Acre, Composição do ICM pago pelo Setor Primário, 1975, 1980, 1985, 1987 e 1991**

ano	Participação no ICM do Setor Primário				
	Borracha	Castanha	Madeira	P. Agríc.	Pecuária
1975	65,7	12,5	-	-	21,8*
1980	91,4	3,4	-	-	5,2*
1985	90,1	6,9	-	-	3,0*
1987	73,7	13,7	5,9	0,9	5,8
1991	32,9	11,3	9,4	3,2	43,2

Fonte: Anuários Estatísticos do Acre, 1975-80-85-87.

SEFAZ, 1991.

\* Agropecuária.

A receita do Estado torna-se, assim, cada vez mais dependente do setor terciário. Este, por seu turno, depende fundamentalmente das despesas do próprio Estado que tem nas transferências do Governo Federal sua principal fonte. Esta parcela da receita pública estadual, no ano de 1986, se comparada ao PIB do terciário e ao PIB total do Estado em 1985 (último ano para o qual se tem esta estatística, ver Tabela 7) equivaleria a 52,4% do primeiro e nada menos que 30,9% do último (ver Tabela 8). As flutuações nas transferências da união determinam as oscilações nas receitas e despesas estaduais - as quais, consideradas as condições acima descritas, determinam as condições do conjunto da economia. A crise fiscal do Estado Nacional tem levado a limitações nestas transferências de tal sorte que a tendência na segunda metade dos anos oitenta foi declinante. Tal, certamente, conduziu a restrições drásticas nos níveis de renda e de consumo da população em geral do Estado, em particular das populações urbanas. Esta é, sem dúvidas, uma das razões da queda de preço para a pecuária, uma vez que seu grande mercado continua sendo as cidades locais (em 1987, por exemplo, para um abate local de 17.776 cabeças foram exportadas apenas 1.355 reses).

**Tabela 9. Estado do Acre, Receitas do Governo, 1986 a 1990, em US\$ 1000\***

	1986	1987	1988	1989	1990
Total	104.402	87.293	84.472	100.249	132.372
Receita Própria	8.568	7.268	17.535	21.473	19.246
Operações de Crédito	0	694	884	2 289	1 612
Transferências	95.834	79.331	66.053	76.487	111.514
<i>Estrutura Relativa</i>					
Total	100	100	100	100	100
Receita Própria	8	8	21	21	15

Operações de Crédito	0	1	1	2	1
Transferências	92	91	78	76	84
<i>Números Índices (1986=100)</i>					
Total	100	84	81	96	127
Receita Própria	100	85	205	251	225
Operações de Crédito		100	127	330	232
Transferências	100	83	69	80	116

\* Corrigiu-se os valores a preços correntes para preços constante de 1988 com base no Índice Geral de Preços - IGP, da Fundação Getúlio Vargas, dolarizando-se, o valor encontrado pela taxa de câmbio média de 1988.

Do valor total das exportações do Acre em 1991, nada menos que 65,2% recaíram sobre a borracha e a castanha do Pará, seguidos pela madeira, com 19,3%. A pecuária contribuiu com apenas 11,9% deste total. Aqui cabe uma última consideração sobre a macroeconomia acreana: em 1986 o déficit nas transações comerciais do Estado (exportações menos importações) correspondeu a 63,9% das transferências do Governo Federal; em 1987 esse percentual subiu para nada menos que 84% chegando, em 1988, a 56,2% (Conf. Anuário Estatístico do Acre, 1988 e 1990).

O governo do Estado é responsável por 93%<sup>1</sup> do atendimento escolar no Acre. Apenas 26% das crianças entre 4 a 6 anos se beneficiam da educação pré-escolar. O ensino fundamental, obrigatório por lei, atende apenas a 39% da população em idade escolar dos 7 aos 14 anos. Entre os atendidos, o índice de evasão escolar chega a 83%.

No tocante à saúde, o saneamento básico atende deficitariamente apenas 8,9% da população urbana. Nada menos que 65% da população do Estado do Acre está vulnerável a doenças infecto-contagiosas, parasitárias e de vetores como a malária e a leishmaniose. A taxa de mortalidade infantil atinge o índice lastimável de 34,2%.

O sistema de transportes no Acre é também bastante precário. Os rios constituem o grande meio de transporte regional. No entanto, os seus leitos se estendem transversalmente, no sentido sudeste-nordeste, impossibilitando o transporte fluvial intermunicipal. Além do mais são navegáveis principalmente na época das chuvas.

O Estado do Acre possui uma malha rodoviária de aproximadamente 5.000 km entre rodovias federais, estaduais e vicinais, 85% das quais no Vale do Acre. Destaca-se a BR-364 que corta o Estado de leste a oeste sendo trafegável apenas de 2 a 3 meses no ano. Apenas o trecho asfaltado até Rio Branco, permite tráfego o ano inteiro. A BR-317, que corta o vale do Acre de Norte a Sul, se apresenta precariamente asfaltada entre Rio Branco e Xapuri.

<sup>1</sup> Este e o demais dados estatísticos a seguir foram obtidos do Anuário Estatístico do Acre, 1991.

## 2. Síntese dos Problemas

De uma forma resumida, os dados atuais sobre o Estado do Acre revelam os seguintes problemas centrais, intimamente relacionados entre si: a) uma crise estrutural das formas de produção camponesas extrativas a partir de tendência rapidamente declinante dos preços dos principais produtos; b) uma crise na pecuária a partir de queda nos preços dos bovinos; c) uma pauperização crescente das populações urbanas a partir da formação de populações excedentes por uma forte migração rural-urbana e d) por uma crise fiscal do Estado com efeitos dramáticos sobre a capacidade de consumo das populações urbanas - o que realmente a crise de preços da pecuária; e) um rápido aumento das áreas de ação antrópica em decorrência da busca de alternativas por parte das estruturas camponesas, da alternatividade da atividade madeireira em relação a pecuária e da maior extensividade desta atividade frente a crise de preços e f) um grau elevado de tensões no meio rural, dado o conflito entre pecuaristas e extrativistas, pela terra.

## 3. Análise Histórica dos Problemas Sócio-Econômicos

### 3.1. A Expansão da Economia da Borracha do Acre.

Durante um longo período, a atividade extrativista constituiu a base da economia amazônica. A extração da borracha desponta, já, em meados do século passado, sobrepunhando rapidamente a economia das "Drogas do Sertão".

Impulsionado pela descoberta dos processos de vulcanização, em 1839, e pela invenção do pneumático, em 1890, o extrativismo da borracha se expande rapidamente<sup>2</sup>. De um total de 755 toneladas em 1848, a produção da borracha atinge 15.773 toneladas em 1890<sup>3</sup>. A unidade de produção da borracha era o seringal. Localizado à margem de um rio principal, este era constituído por um barracão central, ponto de residência do patrão, o seringalista. Além de depósito, o barracão era o ponto de venda de bens de consumo. Nas áreas centrais e ribeirinhas do seringal localizavam-se as "colocações", compreendendo a casa do seringueiro (tapir) e o defumador, completados pelas estradas de seringa, ou seja, picadas no interior da floresta, onde se encontravam as seringueiras, as "madeiras", para a extração do látex<sup>4</sup>.

Impedido contratualmente de caçar, pescar ou cultivar uma roça, o seringueiro devia comprar a totalidade dos bens de consumo no barracão, onde igualmente era obrigado a vender sua produção a

---

<sup>2</sup> Tocantins, 1984, p. 39.

<sup>3</sup> Costa, 1989, p. 373.

<sup>4</sup> Sobrinho, 1992, p. 26 e s.

preços determinados pelo seringalista. Esta relação promovia o endividamento crescente do seringueiro, através do qual o seringalista o mantinha subordinado<sup>5</sup>.

Nos grandes centros de Belém e Manaus atuavam as casa aviadoras que, por sua vez, forneciam aos seringalistas os meios de produção e compravam-lhes a produção de borracha. O elo final desta corrente era representado pelas grandes empresas exportadoras, geralmente de capital norte-americano ou inglês, responsáveis pela exportação da borracha e pelo financiamento geral do sistema<sup>6</sup>. A United States Rubber, por exemplo, foi responsável por cerca da metade das exportações de borracha na Amazônia em 1907.

Com a elevação progressiva dos preços internacionais, o extrativismo se expande rapidamente, a partir de Belém e Manaus, subindo até os rios Madeira, Purus e Juruá, onde a ocorrência da seringueira era muito freqüente e o látex extraído era de superior qualidade. Instala-se assim, no Acre, o mesmo sistema de aviamentos praticados nos outros estados amazônicos, a partir das casas aviadoras de Belém e Manaus.

Já em 1904, o Acre exportava 2 mil toneladas de borracha, passando a 8 mil toneladas em 1905. Em 1907, com 11 mil toneladas, o Acre passa a condição de primeiro produtor nacional.

No entanto, os seringais do Acre apresentavam peculiaridades. Em outras regiões da Amazônia, a propriedade do seringal era dada pelo barracão e pelas colocações com suas estradas e devidos seringueiros. A propriedade jurídica da terra era, portanto, alheia e dispensável à própria forma de organização da produção.

No Acre, pelo contrário, a insegurança representada pelo litígio internacional de terras entre Brasil e Bolívia, fez com que os seringalistas legalizassem massivamente os seringais com títulos públicos.

As exportações de borracha da Amazônia, após atingirem um pique de 42.286 toneladas em 1912, caem rapidamente para 10.734 toneladas em 1941, devido à forte concorrência dos seringais cultivados na Malásia. Os preços internacionais da borracha, após se elevarem ao nível máximo de 655 libras por tonelada em 1910, igualmente despencam, registrando seu nível mínimo em 1931, no patamar de 32 libras por tonelada<sup>7</sup>. A situação se agrava com a retirada das casas exportadoras de Belém e Manaus, colocando todo o sistema de avião em colapso.

Para o seringueiro em si, o colapso do seringal lhe proveu de maior autonomia, libertando-se do endividamento no barracão. Podia agora praticar a caça, a pesca e a agricultura, bem como a comercialização própria de seus produtos. Muitos seringalistas, por sua vez, se viram obrigados a pagar suas dívidas junto as casa aviadoras com suas terras, dando origem a um processo de

---

<sup>5</sup> Sobrinho, 1992, p. 39 - 43.

<sup>6</sup> Rego, 1992, p. 304 e s.

concentração de terra no Acre. Já em 1920, 4.147.587 ha constituem propriedade privada de 1170 estabelecimentos, com área média de 3.545 ha. Em 1940, já são 6.768.586 ha em apenas 655 estabelecimentos privados, com área média de 10.334 ha<sup>8</sup>. Como veremos mais tarde, a forte concentração da terra neste período, terá sérias conseqüências para a evolução posterior da economia do Acre.

O sistema de aviamentos sofre novo impulso durante a segunda guerra mundial, com a invasão da Malásia pelos japoneses e conseqüente quebra do abastecimento de borracha para os países ocidentais. Através dos tratados entre o Brasil e Estados Unidos em 1942, cria-se um programa de incentivos à borracha, arregimentando trabalhadores, "os soldados da borracha", no Nordeste e em outras regiões do país. Funda-se o Banco de Crédito da Borracha, agente financiador e detentor do monopólio de compra da borracha. Dada a manutenção da estrutura de aviamentos, na prática, o Banco de Crédito da Borracha vai assumir o papel das antigas empresas americanas e inglesas de exportação de borracha.

Com isto, os seringalistas obtêm novamente a garantia de venda do produto e das fontes de financiamento. As exportações de borracha se expandem para 21.192 toneladas em 1944, assumindo o Acre, novamente, uma posição de destaque. Com o fim da guerra e término dos acordos feitos entre Brasil e Estados Unidos (os chamados "Acordos de Washington"), a produção da borracha na Amazônia cai, já em 1947, para 14.150 toneladas<sup>9</sup>.

O colapso dos seringais é, desta vez, amenizado pela decisão, a nível federal, de manter o Banco de Crédito de Borracha como agente comprador (monopólio da compra de borracha) e financiador, bem como pela taxaço das importações, visando manter os preços a níveis acima dos internacionais.

No entanto, esta política era colocada em cheque pela expansão da indústria de artefatos de borracha, no bojo da expansão da indústria automobilística no Brasil, setores industriais instalados no Brasil na década de 50.

Apesar da política protecionista, assistiu-se a uma queda progressiva dos preços internos da borracha. A situação se agrava com a instalação da indústria de borracha sintética no Brasil e com a liberação das importações da borracha em 1964. Esta medida só foi revogada em 1968, já em plena vigência da ditadura militar.

---

<sup>7</sup> Benchinol, Samuel, 1977, p. 252.

<sup>8</sup> FIBGE, Censo Agropecuário do Acre, 1940

<sup>9</sup> Benchinol, 1977, p. 252.

### 3.2. A Crise dos Seringais e a Nova Fase da Economia Acreana.

Pressionados pela queda dos preços, a sobrevivência dos seringais só podia ser garantida às custas de um endividamento crescente junto ao Banco de Crédito da Borracha. Não obstante, a ditadura militar, imposta ao país através do golpe de 1964, alterou radicalmente as políticas federais para o desenvolvimento da Amazônia. A chamada "Operação Amazônia", lançada em 1967 pelo governo militar de Castelo Branco, objetivava modernizar a economia amazônica, a exemplo das políticas desenvolvimentistas aplicadas no nordeste do país. Cria-se a SUDAM, Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, substituindo a SPVEA, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Em termos de infra-estrutura, inicia-se ou dá-se prosseguimento à construção de grandes rodovias, como a Transamazônica, a Belém Brasília e a Cuiabá-Santarém. De vital importância para o Estado do Acre, é a BR-364, que, passando por Cuiabá e Porto Velho, chega a Rio Branco e Cruzeiro do Sul. O asfaltamento até Rio Branco foi concluído em 1991.

Crucial para a evolução posterior da economia do Acre foi a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia S.A. (BASA). Extingue-se o monopólio de compra da borracha e o financiamento da produção. O BASA passa a atuar como agente financeiro da SUDAM, promovendo o desenvolvimento econômico da Região Norte através de subsídios fiscais e financeiros aos investimentos privados de capitais provindos principalmente do Centro-Sul.

O redirecionamento do Banco de Crédito da Borracha, agora na figura do BASA, provocou uma falência generalizada de seringais, sem a garantia das vendas e impedidos de rolares suas dívidas elevadas.

No Acre, este processo atinge principalmente os grandes seringais do Vale do Acre, seriamente endividados. A venda do seringal se oferece, então, como a única saída possível para os seringalistas. A ausência de eventuais compradores logo foi contornada pelos próprios programas federais para o desenvolvimento da região, através dos incentivos fiscais e financeiros, e pelo baixo preço das terras ofertadas.

Soma-se a isto a política deliberada de Wanderley Dantas que, assumindo o Governo do Estado em 1970, passa a promover campanhas promocionais no Centro-Sul, visando atrair investimentos agropecuários<sup>10</sup>.

Dá-se início, portanto, a um processo de diferenciação sócio-econômica regional no Acre. Se, até então, as duas regiões do estado se desenvolviam de forma equânime e ligadas por vias fluviais aos centros de Belém e Manaus, a partir de fins da década de 60 o vale do Acre redireciona suas ligações econômicas para o Centro-Sul.

Num momento inicial, desenvolve-se um frenético processo de especulação e grilagem de terras, onde estas trocavam rapidamente de mãos entre os "investidores" do Centro-Sul, denominados regionalmente de "paulistas".

### 3.3. Programas Federais e Expansão da Pecuária

Efetivada a compra de terras, a inversão produtiva em projetos agropecuários era estimulada pela captação de incentivos fiscais e financeiros da SUDAM e de novos programas federais de desenvolvimento para a região. Entre estes, se destacam: a) PIN - Programa de Integração Nacional. Criado em 1970, visava: operacionalizar os incentivos fiscais, orientando-os para a agropecuária e a agroindústria; a ocupação econômica da Amazônia e a absorção dos fluxos migratórios dos excedentes populacionais no Nordeste e do Centro-Sul; b) PROTERRA Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste. Criado em 1971, se destinava originalmente ao apoio ao pequeno produtor. Na prática, sua ação na Amazônia se reorienta para o financiamento da grande exploração agropecuária; c) POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. Gestado em 1974, visava criar condições para a exploração de recursos naturais em áreas prioritárias na Amazônia. Entre as quinze áreas prioritárias definidas, encontra-se o Estado do Acre.

Subsidiados por esses programas, dá-se, a partir de 1970, a implantação progressiva de investimentos na pecuária no Estado. Após a obtenção de incentivos fiscais e financeiros, os pecuaristas "paulistas" procediam a "limpa" de suas áreas, entendida não só como a formação de pastagens, mas também como a expulsão dos seringueiros remanescentes nos seringais.

Por um lado, o colapso e venda dos seringais permite aos seringueiros se estabelecerem como autônomos junto às estradas, vendendo, eles próprios, seus produtos e comprando as mercadorias que lhes são necessárias. Por outro lado, a venda do seringal significava a transformação deste em projetos agropecuárias (leia-se pastagens), gerando sérios conflitos entre seringueiros e pecuaristas.

A expulsão progressiva dos seringueiros de suas colocações, por meio de pressão ou até por métodos violentos, provocou o escalonamento das tensões no campo, a princípio em torno de Rio Branco e, progressivamente, nos municípios mais ao sul, como Xapuri e Brasília.

### 3.4. Expansão da Pecuária e Evolução Demográfica

Conseqüência direta da expansão da pecuária e expulsão de seringueiros foi a forte corrente migratória rural-urbana com o conseqüente inchamento desordenado dos centros urbanos locais.

---

<sup>10</sup> Sobrinho, 1992, p. 144.



Segundo o Censo Demográfico de 1991, o Estado do Acre, com uma população de 417.165 habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 2,7 habitantes por quilômetro quadrado.

Os dados da Tabela 10 revelam um crescimento populacional a taxas geométricas elevadas, sempre acima de 3% ao ano, porém decrescentes. A década de 70 constitui uma exceção, quando esta taxa eleva-se de 3,1 para 3,4% anuais, voltando a decrescer na década seguinte.

As estatísticas revelam também que o crescimento acima demonstrado fez-se produzindo dois processos relevantes de concentração espacial da população do Estado. Tomando-se o rio Purus como divisor, temos à sua esquerda a Mesorregião do Vale do Juruá (na classificação antiga do IBGE Microrregião Homogênea Alto Juruá) com 72.543 km<sup>2</sup>. À direita, está a Mesorregião do Vale do Acre (antiga Microrregião Homogênea Alto Purus) com 80.046 Km<sup>2</sup>. Em 1950, a população do Estado encontrava-se distribuída regionalmente de forma relativamente equânime. A densidade demográfica era de 0,7 hab/Km<sup>2</sup> no Vale do Juruá e de 0,8 hab./Km<sup>2</sup> no vale do Acre. Nesse ano, o Vale do Juruá detinha 44.1% da população do Estado.

Este quadro se reverte drasticamente a partir de 1970. De tal modo que em 1991, a população do Vale do Acre passa a abrigar 71,2% da população total do Estado, com uma densidade demográfica de 3,8 hab/Km<sup>2</sup>. Enquanto que o Vale do Juruá representa apenas 28,8% da população total e apresentando uma densidade demográfica de 1,7 hab./Km<sup>2</sup>.

Tabela 10 Estado do Acre, Evolução da População por Zona de Localização - 1950-1991

Ano	População			Crescimento Anual (%)		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1940	14.138	65.630	79.768			
1950	21.272	93.483	114.755	4,2	3,6	3,7
1960	32.700	125.484	158.184	4,4	3,0	3,3
1970	59.307	155.992	215.299	6,1	2,2	3,1
1980	132.169	169.134	301.303	8,3	0,8	3,4
1991	258.035	159.130	417.165	6,3	-5,6	3,0

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

Ao par do maior dinamismo populacional do Vale do Acre, observa-se um rápido processo de concentração populacional nos centros urbanos. A população urbana passa de 18,5%, em 1950, para 61,8% do total em 1991. Tal processo, da mesma forma que o processo de concentração regional, se fortalece substancialmente a partir de 1970.

As dinâmicas acima descritas refletem-se, no Vale do Acre, no inchamento urbano sofrido pela capital do Estado, a cidade de Rio Branco, nas duas últimas décadas. Em 1991, sua população representa 47,2% da população total do Estado, quando em 1950 não passava de 24,6%. Somente na

década de oitenta a população cresceu em 79.768 habitantes, passando, a uma taxa anual de 4,83%, de 117.103 para 196.871 habitantes.

### 3.5. Expansão da Pecuária e Estrutura Fundiária

Concomitante com a concentração populacional nos centros urbanos do vale do Acre, assiste-se, a partir da década de 70, a um forte processo de concentração fundiária no Estado do Acre

Os dados da Tabela 11 revelam uma distribuição bastante desigual das terras do Estado. Em 1985, os 318 estabelecimentos com área acima de 1.000 ha (0,9% do total de estabelecimentos) concentravam 1.745.410 ha, correspondendo a 33,3% da área total apropriada no Estado. Considere-se, aqui, que em 1970, esta classe de estabelecimentos detinha apenas 29,4% da área total. Tal constatação corrobora com o que indica a evolução do Índice de Gini (uma medida de concentração que varia entre 0 e 1, sendo o grau de concentração tanto maior quanto mais próximo de 1) para o Estado, que passou de 0,52 em 1970 para 0,58 em 1980 e 0,55 em 1985.

Por outro lado, observa-se uma diminuição absoluta e relativa da área total dos estabelecimentos médios com área entre 100 e 1.000 ha. O número destes estabelecimentos passou de 13.528 em 1970 para 13.899 em 1985. Já as áreas por eles ocupadas, após uma evolução positiva até 1980, voltaram, em 1985, aos valores de 1970. Com isto, a participação destes estabelecimentos na área total caiu de 64,3 em 1970, para 48% em 1985.

Entre as classes de área menores, observa-se que os estabelecimentos com menos de 10 ha apresentaram um ligeiro acréscimo, tanto em quantidade quanto na área por eles ocupada. No entanto, sua participação relativa na área total permaneceu estável nos 2%.

Destaca-se, neste momento, o rápido crescimento dos estabelecimentos com área entre 10 e 100 ha, tanto em termos absolutos quanto relativos. O número de estabelecimentos neste estrato de área passou de 7.193, em 1970, para 17.944 em 1985, correspondendo a um acréscimo de sua participação de 31,1% para 51,2% no total. A área correspondente passou de 248.844 para 967.050 hectares, saltando sua participação no total de 6,1% para 18,5%.

Em síntese, observam-se, entre os estratos de área, dinâmicas diferenciadas: uma rápida expansão dos estabelecimentos com área entre 10 e 100 e acima de 1.000 ha, frente a uma queda da participação dos estabelecimentos médios com área entre 100 e 1.000 ha.

Tabela 11 Estado do Acre, Grupos de Área Total, 1970-85

Grupo de Área	1975		1980		1985	
	estabel.	área (ha)	estabel.	área (ha)	estabel.	área (ha)
Total	23.102	4.122.085	27.371	5.679.531	35.049	5.234.762
< 10 ha	2.189	9.610	2.768	11.424	2.888	9.909

10 < 100	7.193	248.844	10.845	449.814	17.944	967.090
100 < 1.000	13.528	2.651.323	13.445	3.292.412	13.899	2.512.353
1.000 < 10.000	173	549.408	276	652.319	295	608.081
10.000 <	19	662.900	37	1.273.562	23	1.137.329
<i>Estrutura Relativa</i>						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
< 10 ha	9,5	0,2	10,1	0,2	8,2	0,2
10 < 100	31,1	6,1	39,6	7,9	51,2	18,5
100 < 1.000	58,6	46,3	49,1	58,0	39,7	48,0
1.000 < 10.000	0,7	13,3	1,0	11,5	0,8	11,6
10.000 <	0,1	16,1	0,1	22,4	0,1	21,7

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários, 1970-1980-1985.

Em termos regionais, constata-se, em 1985, um maior grau de concentração no Vale do Juruá, onde, 176 estabelecimentos (1,4% do total) detêm quase 40% das terras. No Vale do Acre, tem-se 141 estabelecimentos (0,7% do total) com mais de 1.000 ha, controlando 27,9% da área total. Os Índices de Gini respectivos foram, naquele ano (o último para o qual se dispõe de informações censitárias), 0,59 e 0,50. Há que se ressaltar, contudo, que tal resultado decorreu de uma rápida apropriação das terras do Vale do Juruá por grandes estabelecimentos, levando a que o Índice de Gini crescesse ali rapidamente (passando, já em decorrência dos processos dos anos setenta, de 0,34 em 1970 para 0,47 em 1980 - Ver Tabela 13).

**Tabela 12: Estado Acre, Grupos de Área Total segundo as Regiões do Estado em 1985**

Estratos de Área	Vale do Juruá		Vale do Acre	
	Estabelec.	Área (ha)	Estabelec.	Área (ha)
Total	13.909	2.441.800	21.139	2.792.953
< 10 ha	2.161	6.662	727	3.243
10 < 100	4.694	252.684	13.250	714.403
100 < 1.000	6.878	1.216.562	7.021	1.295.789
1.000 < 10.000	170	295.497	124	312.584
10.000 < 100.000	4	72.435	16	332.134
100.000 <	2	597.960	1	134.800
<i>Estrutura Relativa</i>				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
< 10 ha	15,5	0,3	3,4	0,1
10 < 100	33,7	10,3	62,7	25,6
100 < 1.000	49,4	49,8	33,2	46,4
1.000 < 10.000	1,2	12,1	0,6	11,2
10.000 < 100.000	0,1	3,0	0,1	4,8
100.000 <	0,1	24,5	0,0	4,8

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1985.

Constata-se, portanto, ao longo das últimas duas décadas, uma correlação direta entre a expansão da pecuária, o desmatamento de florestas nativas, o processo de concentração fundiária, os conflitos de terra e o inchamento dos centros urbanos.

**Tabela 13: Estado do Acre, Índices de Concentração de Gini, por Regiões do Estado, 1970-1975-1980-1985**

Ano	Vale do Juruá	Vale do Acre	Total do Estado
1970	0,34	0,54	0,52
1980	0,43	0,67	0,58
1985	0,59	0,50	0,55

Fonte: Dados do IBGE - Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980 e 1985. Processamento da equipe.

### 3.6. A Resistência à Expansão da Pecuária

Com a expansão da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG - a nível nacional e a escalada dos conflitos locais, assiste-se, a partir de 1975, a um rápido processo de sindicalização de seringueiros e pequenos produtores no Acre<sup>11</sup>. Soma-se a isto, o processo de organização política das populações indígenas, premidas pela pressão sobre suas terras.

Em 1975, Geraldo Mesquita assume o Governo Estadual, implantando uma nova política local de incentivo ao extrativismo e em oposição a expansão pecuarista. Uma parcela de ex-seringueiros expulsos passa a ser assentadas nos projetos de colonização do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária junto com imigrantes provenientes de outras regiões do país.

Nos cinco projetos de colonização implantados no Vale do Acre desde 1979, foram assentadas 6.907 famílias numa área de 800.670 ha. Têm-se aqui a origem da forte expansão dos estabelecimentos de 10 a 100 ha verificada anteriormente. Observa-se, portanto, a partir de meados da década de 70, a emergência de novas forças sociais que se contrapõem à pecuária. A inevitável escalada dos conflitos culmina, na década de 80, com o assassinato de várias lideranças sindicais e indígenas.

Um novo esforço no sentido da preservação ambiental e apoio aos índios e seringueiros vem surgir na década de 80, com a atuação a nível regional, nacional e internacional de organizações preservacionistas governamentais e não governamentais. A maior conscientização ecológica e as pressões de tais organizações se somam a ação de seringueiros, índios e pequenos produtores. Tal fato vem contribuindo desde meados dos anos 80 para a formação de parques e reservas indígenas, extrativistas e ecológicas, principalmente ao longo das fronteiras internacionais do Estado do Acre.

<sup>11</sup> Sobrinho, 1992, p. 169 e s.

O Estado já conta com sete reservas extrativistas, num total de 1.829.971 ha explorados por 465 famílias de seringueiros. A situação de tais reservas, no entanto, vem se complicando nos últimos anos com a queda vertiginosa dos preços da borracha e da castanha do Pará.

### 3.7. O Estímulo ao Extrativismo

Na região situada à esquerda do Rio Purus, a estrutura dos seringais nativos foi em grande parte poupada do processo ocorrido no vale do Acre. Tal fato ocorreu devido, principalmente, ao isolamento da região. A BR-364 entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul é trafegável somente de dois a três meses do ano, mesmo assim, de forma precária.

As políticas do governo central para a Amazônia não se deram apenas através do incentivo à agropecuária. O aumento do consumo interno de borracha, a estagnação da produção nacional e os efeitos negativos destes fatos sobre a balança comercial brasileira, levaram o governo brasileiro a implantar programas de fomento à produção de borracha.

Em 1972, é criado o PROBOR - Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal - visando promover a expansão do cultivo racional da borracha no país e a recuperação de seringais nativos. Ao PROBOR I, seguiram-se o PROBOR II, de 1977, e o PROBOR III, de 1981. Se, por um lado, houve um fracasso no cultivo de seringueiras no Brasil, principalmente devido a problemas fitossanitários, houve, por outro lado, uma expansão da produção dos seringais nativos<sup>12</sup>, elevando-se a produção de borracha brasileira de 24.906 toneladas, em 1970, para 40.371 toneladas em 1985.

Nos últimos anos, porém, observa-se uma queda vertiginosa nos preços da borracha, atingindo indistintamente os seringais às duas margens do Rio Purus, com a conseqüente queda das condições econômicas dos seringueiros. Urge encontrar alternativas econômicas para estas populações que permitam um uso sustentado das reservas extrativistas.

A questão se agrava com o asfaltamento progressivo da BR-364. Até fins de 1993, está previsto o asfaltamento completo do trecho Rio Branco-Sena Madureira. Rompe-se, portanto, progressivamente as barreiras naturais ao avanço da pecuária nas áreas ecologicamente desprotegidas ao longo desta rodovia em direção a Cruzeiro do Sul, num período de queda vertiginosa dos preços da borracha.

## 4. Síntese Analítica

O agravamento dos problemas sócio-econômicos e ecológicos no Estado do Acre se dá com a falência e venda dos seringais formados nos dois "ciclos" da borracha.

---

<sup>12</sup> Rego, 1992, p. 443 e s.

Os investimentos em pecuária no Acre foram incentivados pela conclusão da ligação rodoviária com o resto do País, com as políticas estaduais de atração de investidores de outras regiões e pelos grandes programas desenvolvimentistas do Governo Federal para a Amazônia.

A rápida expansão da pecuária levou a expulsão de seringueiros de suas colocações, dando origem a sérios conflitos de terra. O confronto entre sindicatos e outras organizações de trabalhadores e pecuaristas culmina com o assassinato de várias lideranças e com o regime de terror permanente a que os quadros dirigentes dos camponeses e índios são continuamente submetidos.

A forte migração rural-urbana resultante veio a engrossar os cinturões de pobreza nos centros urbanos, cujo estado de penúria agrava-se com o fraco desenvolvimento industrial e com a crise fiscal do Estado.

A capacidade de arrecadação do Estado enfraquece com a crise das estruturas produtivas - camponesas e pecuarista. O predomínio espacial desta última e seu caráter extensivo geram poucos empregos, contribui minimamente para o orçamento do Estado e das prefeituras e agiliza o processo de degradação do solo.

A crise fiscal do Estado o torna cada vez mais dependente das transferências da União para cobrir seus gastos, principalmente com pessoal. Daí advém, de um lado, o superdimensionamento do setor terciário que, a seu turno, movimenta basicamente produtos importados de outros Estados e regiões. De outro lado, tal crise, e a dependência que acarreta, torna toda a economia extremamente vulnerável e reflexiva à própria crise fiscal do Estado Nacional, fazendo com que as tendências depressivas por que passa a economia nacional façam-se aqui ampliadas, com efeitos profundos em nível mesmo da renda pessoal disponível e, portanto, da capacidade de consumo e qualidade da vida da população.

O rápido crescimento da área de ação antrópica tem sua causa primordial no desmatamento da floresta para a formação de pastagens e na exploração madeireira. Aqui parece existir uma complementaridade que faz com que a atividade de desmatamento para exploração madeireira cresça com a queda dos preços da pecuária. Ao que parece, trata-se, de uma complementaridade que se organiza no quadro de uma única estrutura: a que se fundamenta na grande propriedade, a grande fazenda. Esta expande o desmatamento pela queimada se a conjuntura é favorável no mercado bovino; se esta é declinante, reduzindo relativamente a diferença entre o rendimento da pecuária e da exploração madeireira aprofunda-se o desmatamento mais orientado para este fim. Em ambos os casos, a redução dos custos para a garantia da rentabilidade em contextos impostos pela concorrência dos mercados mais amplos implica em aprofundamento da depredação: ou na forma de maior extensividade da pecuária, como vimos, ou na forma de manejo não sustentável na exploração da madeira. Por outra parte, vimos que também a crise das estruturas camponesas pode constituir um vetor não desprezível no ritmo e na qualidade (depredadora) da ação antrópica, na medida em que

impõe a busca das alternativas possíveis - não necessariamente aquelas que possam ser idealizadas como desejáveis.

O processo de evolução da ação antrópica ocorreu mais drasticamente no vale do Acre, já que, por seu isolamento, o vale do Juruá ainda concentra suas atividades econômicas no extrativismo.

Há que se ter presente que o asfaltamento progressivo da BR-364 rompe as barreiras naturais de isolamento do Vale do Juruá. Impõe-se a necessidade de transformar essa eventual possibilidade em trunfo para um novo desenvolvimento - para o fortalecimento de estruturas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

**Referências**

BENCHIMOL, Samuel, *Amazônia: um pouco - antes e além - depois*, Ed. Umberto Calderaro, Manaus, 1977.

COSTA, Francisco de Assis, *Amazonien - Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation*, Breitenbach Publischer, Saarbrücken, 1988.

FIBGE - *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, vários anos.

\_\_\_\_\_ - *Censo Agropecuário do Acre*, Rio de Janeiro, vários anos.

\_\_\_\_\_ - *Censo Demográfico do Acre*, Rio de Janeiro, vários anos.

FUNTAC - *Áreas de Ação Antrópica*, Rio Branco, 1987 e 1989.

RÊGO, José Fernandes do, *Estado Capitalista e Políticas Públicas* (Estado Brasileiro, Processo de Ocupação Capitalista e Extrativismo de

SEPLAN/ACRE - *Anuário Estatístico do Acre*, Rio Branco, vários anos.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa, *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental*, Cortez Editora, 1992.

TOCANTINS, Leandro, *Estado do Acre, Geografia, História e Sociedade*, Philobiblion, Rio de Janeiro, 1984.